Aprovada por maioria com 36 votos a favor (23 do PSD, 3 CDU, 1 BE e 1 CDS) e 1 abstenção do PS).

ACTA 6/2014

--- Aos vinte dias do mês de Novembro do ano de dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em sessão ordinária do ano de dois mil e catorze, no Salão da Casa do Povo do Gradil, a funcionar no primeiro piso do edifício da Delegação da União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário, sito na Rua das Forças Armadas, número vinte, no Gradil, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Situação Económica e Financeira das Empresas Locais – Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM SA e Matadouro Regional de Mafra, SA; 3) Desafectação de Domínio Público de parcela de terreno com 374,35 m^2, subjacente ao edifício do Centro de Saúde da Enxara do Bispo, para integração de Domínio Privado do Município de Mafra, de forma a regularizar os registos prediais do referido edifício; 4) Compromissos Plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia concedida pela Assembleia Municipal; 5) Assunção de compromissos plurianuais; 6) Recrutamento de seis assistentes operacionais na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto na área de educação; 7) Aprovação da alteração aos estatutos da "Tapada Nacional de Mafra – Centro Turístico, Cinegético e de Educação Ambiental" (TNM), incluindo a alteração do capital social – submissão à fiscalização prévia do Tribunal de Contas; 8) Celebração de Acordo Parassocial entre a Câmara Municipal de Mafra e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF); 9) Acordo de Transacção entre o Município e a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA; 10) Contrato de Consolidação e Reestruturação de Créditos entre o Município de Mafra e o Banco BPI; 11) Empréstimo a curto prazo até ao montante de dois milhões e quinhentos mil euros – Ano de dois mil e quinze; 12) Documentos Previsionais – Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e quinze; 13) Proposta de mapa de pessoal para dois mil e quinze.----------

--- Passavam vinte minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Alves Bizarro Duarte, deu por iniciada a sessão. ---------

--- Passou a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Américo José Oliveira Peralta, que procedeu à chamada. Verificou-se a presença dos seguintes membros: José Alves Bizarro Duarte (Presidente da Assembleia Municipal); Ana Teresa Antunes Ivo da Silva; Andreia Filipa Lourenço Duarte Amaral (Presidente da Freguesia da Carvoeira); Aníbal Rolim Ferra; António Álvaro da Silva dos Santos e Silva; António Manuel Ramalho Pereira (Presidente da Freguesia de Mafra); António Pedro Mansura Serápio Maneira de Oliveira; Artur Marques de Almeida Claudino, que substitui Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues; Bruno Alexandre Lourenço Ribeiro; Carla dos Anjos Ferreira Jorge Galrão; Carlos Jorge dos Reis Esteves; Carlos Manuel Antunes Póvoa; Cecília Maria Miranda Duarte; David Soares Sardinha Alves; Domingos Joaquim Filipe dos Santos; Jaime Acúrcio Carvalho de Oliveira; Joaquim Filipe Abreu dos Santos (Presidente da Freguesia da Ericeira); Jorge Manuel Zeferino Lourenço (Presidente da União das Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés); José António de Oliveira Costa (Presidente da União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário); José António Petulante Parente (Segundo Secretário); José Eduardo Libânio da Silva; José Faustino Carreira (Presidente da Freguesia do Milharado); José Joaquim Ferrão da Costa Pinheiro (Presidente da União das Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça); José Manuel Antunes Graça; José Martinez da Silva; Júlio Manuel Lopes; Leila Isabel Inácio Alexandre; Maria Beatriz Severino Gonçalves; Maria da Graça Novais de Figueiredo; Maria de Fátima Mendes Alves Ferreira Caracol; Maria Inês Costa Inácio (Presidente da União das Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira); Maria Isilda Viscata Lourenço de Oliveira Pegado; Marta Lisa Mendonça Marques O'Neill; Tiago Miguel Plácido Nunes, que substitui Ana Bela Castanheiro Pinto Costa; e, por último, Américo José Oliveira Peralta. Verificaram-se as ausências de Ana Bela Castanheiro Pinto Costa, Daniel Filipe Silva Costa e Domingos Manuel Vicente Janota (Presidente da União das

Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros), cujas faltas a mesa deliberou justificar, assim como de José Manuel Portela Tomás e Pedro Miguel Fernandes Tomás, cujas faltas foram injustificadas. ----------
--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por agradecer à Casa do Povo do Gradil, na pessoa do seu Presidente, pela disponibilidade manifestada na cedência do espaço para a realização da presente sessão. ----------
--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o período de **antes da ordem do dia**. Colocou à apreciação a **acta número quatro de dois mil e catorze**.
--- Interveio a Senhora Dona Maria Beatriz Gonçalves, referindo que as duas actas que são colocadas à votação dizem respeito a reuniões que decorreram, respectivamente, há quatro e dois meses atrás e que, face a este lapso de tempo, tem dificuldade em efectuar uma apreciação adequada, quer quanto à quantidade de intervenções efectuadas, quer quanto ao teor do que foi proferido. Assim, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que os projectos de acta sejam disponibilizados num menor espaço temporal. ----------
--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou que a mesa vai considerar o pedido efectuado. ----------
--- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação. A Assembleia Municipal deliberou, por maioria (com vinte e dois votos a favor do PSD, seis do PS, três da CDU e um do BE e três abstenções, das quais uma do PSD, uma do PS e uma do CDS), aprovar a acta número quatro de dois mil e catorze. ----------
--- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação a **acta número cinco de dois mil e catorze**. ----------
--- Não se verificando intervenções, procedeu-se à votação. A Assembleia Municipal deliberou, por maioria (com vinte e dois votos a favor do PSD, seis do PS, três da CDU e um do BE e três abstenções, das quais uma do PSD, uma do PS e uma do CDS), aprovar a acta número cinco de dois mil e catorze. ----------
--- O Senhor Júlio Lopes proferiu a seguinte declaração de voto verbal: "nas duas actas, o meu voto foi de abstenção, porque não estive presente nas reuniões". -----
--- Prosseguindo o período de antes da ordem do dia, tomou a palavra o Senhor Presidente da União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário, que proferiu a mensagem de boas-vindas que se anexa à presente acta com a denominação de ANEXO UM. ----------
--- Interveio a Senhora Dona Maria da Graça Figueiredo, efectuando um esclarecimento relativamente ao sentido de voto dos eleitos da CDU quanto à moção contra a privatização da Valorsul apresentada na sessão de vinte e cinco de Setembro de dois mil e catorze, nos termos do documento que se anexa à acta com a denominação de ANEXO DOIS. ----------
--- Tomou a palavra a Senhora Dona Ana Teresa Silva, questionando o Executivo Municipal quanto à décima primeira alteração orçamental efectuada, no que diz respeito ao restauro dos carrilhões de Mafra, de acordo com o documento que se anexa à acta com a denominação de ANEXO TRÊS. ----------
--- No uso da palavra, o Senhor António Mansura congratulou o Executivo Municipal pelo apoio que tem dado às actividades desportivas e, em particular, aos desportos de ondas. Referiu-se, nomeadamente, à realização da final do Campeonato do Mundo de Surf em Juniores na praia de Ribeira d'Ilhas, que considerou a "cereja em cima do bolo", não só porque este é o terceiro maior evento da modalidade à escala mundial, mas também porque constituiu, no seu entender, a melhor forma de comemorar o terceiro aniversário da consagração da Ericeira como Reserva Mundial de Surf, cujas comemorações incluíram, também, o descerramento da placa comemorativa, a abertura de uma exposição fotográfica evocativa e o anúncio da requalificação do Posto de Turismo da Ericeira, de modo a acolher, igualmente, o Centro de Interpretação da Reserva Mundial de Surf. Endereçou os parabéns a Vasco Ribeiro, que se sagrou campeão mundial, ao ericeirense Tomás Fernandes, que se posicionou na terceira posição, e também à atleta concelhia Carina Duarte, que alcançou o nono lugar. Ainda no âmbito desportivo, saudou a suspensão da aplicação do preço de entrada no Parque Desportivo Municipal de Mafra, proporcionando o

usufruto da sua extensa mancha verde, bem como a criação do "Mafra Foot", registando a oportunidade destes encontros de futebol infantil na aquisição de hábitos de prática da actividade física e, ao mesmo tempo, na divulgação do papel desenvolvido pelo associativismo desportivo. ----------
--- Interveio o Senhor José Martinez da Silva, mencionando que teve a oportunidade de estar presente, no passado dia treze, numa reunião de trabalhadores municipais, na qual se inteirou das reivindicações por estes apresentadas à Câmara, estranhando a ausência do Senhor Presidente. Mais disse que, destas reivindicações, deu conhecimento aos seus colegas de bancada da CDU, que entendem solidarizar-se com os referidos trabalhadores, nos termos da proposta de moção que se anexa à acta com a denominação de ANEXO QUATRO. ----------
--- Tomou a palavra o Senhor Aníbal Ferra, apresentando os agradecimentos à União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário pelo acolhimento e lamentando que o Gradil não seja Freguesia, fruto de uma reforma administrativa que considerou ter sido feita às cegas. Assim, dirigindo-se ao Presidente da referida União, questionou quais as vantagens da referida reforma, volvido um ano desde a sua implementação. ----------
--- No uso da palavra, o Senhor José Graça declarou que, para o PS, a "cereja em cima do bolo" foi o facto de a Ericeira ter coroado, pela primeira vez, um português como campeão mundial. Mais declarou que à Câmara Municipal cabe apoiar, mas que a valorização decorre das pessoas. Por outro lado, relativamente à reivindicação das trinta e cinco horas de trabalho semanal para os trabalhadores municipais, sublinhou que, na Área Metropolitana de Lisboa (AML), apenas duas Câmaras Municipais – Mafra e Cascais – não estão subscritoras do pedido que foi feito à Provedoria da República, sendo que, no caso de Mafra, inicialmente esta subscreveu a posição conjunta assumida pela Junta Metropolitana de Lisboa. Declarou que o PS está solidário com a luta destes trabalhadores municipais. De seguida, passou a ler a proposta de constituição da Comissão Municipal de Turismo nesta Assembleia, a qual se anexa à acta com a denominação de ANEXO CINCO. Por fim, solicitou esclarecimentos face a uma notícia difundida pelos jornais, segundo a qual o Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no âmbito de uma negociação com as restantes Câmaras da AML, foi favorável à criação de uma taxa turística no Concelho de Lisboa, taxa que, posteriormente, se estenderia aos restantes Concelhos da AML.
--- Tomou a palavra o Senhor David Sardinha, fazendo alusão à iniciativa municipal de criação de incubadoras de negócios, com dois pólos: a *Ericeira Business Factory*, dedicada aos negócios ligados à economia do mar; e a *Mafra Business Factory*, destinada aos negócios associados à terra. Destacou que, considerando a localização das mesmas, será possível dar uma nova utilização a edifícios municipais, nomeadamente a antiga Escola Primária da Ericeira e o edifício das Águas de Mafra. Considerou que estas incubadoras podem constituir-se como pólos de empregabilidade à escala do Concelho, com a criação de duzentos novos postos de trabalho. De seguida, fez referência à realização de uma sessão de esclarecimentos sobre o novo regime jurídico do alojamento local, que decorreu na Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, contando com a participação do Secretário de Estado do Turismo, no âmbito da qual ficou claro que, com a nova lei, o processo de licenciamento foi simplificado, pretendendo ainda agilizar o procedimento associado à legalização das unidades. ----------
--- Interveio o Senhor António Silva, dizendo que um Vereador do Partido Socialista questionou sobre a existência de condutas de água em fibrocimento no Concelho de Mafra, tendo o Presidente da Câmara respondido que, à semelhança do que se passa um pouco por todo o país, as mesmas existem, acrescentando que estas apresentam um baixo risco para a saúde, desde que o material se apresente em bom estado de conservação, não seja friável e não esteja sujeito a agressões directas. De seguida, referiu-se a um estudo da Universidade de Bruxelas, segundo o qual o fibrocimento é um produto perigoso e potencialmente cancerígeno, considerando que, especialmente devido à degradação causada pelo tempo, este material solta minúsculas partículas fibrosas que são facilmente inaladas, acumulando-se nos

pulmões e causando, a longo prazo, lesões e cancros pulmonares. Mais aditou que a Organização Mundial de Saúde declara que não se conhecem valores-limite de exposição abaixo dos quais não haja risco cancerígeno. Considerando que o amianto constitui um factor de risco para a saúde pública, solicitou ao Presidente da Câmara que informe se os utilizadores da água e os trabalhadores que fazem serviço nessas condutas podem ficar inteiramente descansados. ----------

--- Tomando a palavra, o Senhor António Mansura acrescentou que, no ano passado, o Campeonato do Mundo de Surf em Juniores decorreu em Santa Catarina, no Brasil, tendo vencido o brasileiro Gabriel Medina. Assim, considerou que deve ser saudada a aposta municipal na realização desta prova na Ericeira, pois muitos jovens portugueses não têm possibilidade de se deslocar àquele país. ----------

--- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Hélder Sousa Silva, para prestar os esclarecimentos tidos por convenientes. ----------

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por cumprimentar os Gradilenses que acolhem a presente sessão, neste espaço que foi devolvido à população na sequência do contrato de comodato celebrado. Seguidamente, prestou esclarecimentos. Quanto aos carrilhões de Mafra, e conforme teve a oportunidade de informar em reunião de Câmara, declarou que está previsto, na proposta de orçamento para dois mil e quinze, o montante de duzentos mil euros para apoiar o seu restauro, respeitando o compromisso assumido, pelo que a alteração introduzida em dois mil e catorze decorreu apenas da necessidade de efectuar o devido ajuste orçamental já que a verba ainda não foi despendida. Mais declarou o forte empenho do Executivo para que o som destes instrumentos possa voltar a ser ouvido em dois mil e dezassete, por ocasião da comemoração do tricentenário do lançamento da primeira pedra do monumento, dando ainda conta das diligências desenvolvidas junto da Secretaria de Estado da Cultura e também da visita realizada por um conjunto de peritos da rede "Europa Nostra". Sobre a taxa turística no Concelho de Lisboa, esclareceu que não foi contactado sobre a aplicação da mesma e que não é seu hábito dar respostas a partir de notícias publicadas nos jornais. Relativamente à existência de condutas de água em fibrocimento, declarou que, considerando as razões já invocadas em reunião de Câmara, as mesmas não constituem, para si, fonte de preocupação. ----------

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação a moção apresentada pela CDU e a proposta subscrita pelo PS. ----------

--- Tomou a palavra a Senhora Dona Isilda Pegado, dizendo que se sensibiliza, particularmente, com a defesa do horário de trabalho das trinta e cinco horas para os trabalhadores das autarquias, na medida em que o trabalho é fonte de dignidade. Não obstante, sublinhou que a lei geral do país se aplica a todos, pelo que os trabalhadores autárquicos não são diferentes dos restantes trabalhadores da função pública. Referiu-se, ainda, ao parecer da Procuradoria-Geral da República sobre esta matéria, a qual é favorável à posição que tem vindo a ser assumida pela Câmara Municipal de Mafra. Explicou que, ainda que este parecer invoque a autonomia das autarquias locais para estabelecer os horários dos seus trabalhadores, o mesmo também sustenta que a negociação e celebração de acordos colectivos nas autarquias tem de contar com a participação activa do Ministério das Finanças, pelo que, na inexistência, vigora a lei geral em vigor. Concluindo, disse que, embora compreenda as reivindicações dos trabalhadores autárquicos, preza por viver num Estado de Direito, pelo que não subscreve a moção apresentada. Quanto à criação de uma Comissão Municipal de Turismo, considerou que a representação desta Assembleia Municipal está garantida no Conselho Municipal de Turismo, na qual a vertente cultural também é primordial, razão pela qual não poderá subscrever a proposta em causa. ----------

--- Interveio o Senhor José Martinez da Silva, esclarecendo que a Procuradoria-Geral da República não se pronuncia contra o estabelecimento de acordos colectivos de trabalho com os sindicatos nas autarquias que reduzam o horário para as trinta e cinco horas, na medida em que não há nenhuma norma jurídica que impeça os

mesmos. Frisou, ainda, que as autarquias têm toda a autonomia para que, independentemente dos acordos com os sindicatos, possam reduzir os horários de trabalho dos seus trabalhadores, quanto mais não seja através da dispensa de presença durante cinco horas por semana, à semelhança do que sucede actualmente na Câmara Municipal de Mafra com a dispensa de um dia de trabalho por mês aos trabalhadores que são assíduos. Assim, concluiu que, havendo vontade, legalmente existem condições para proporcionar, aos trabalhadores, a concessão da sua reivindicação. Explicou que, neste contexto, é isso que a CDU entende que a Assembleia Municipal deve recomendar à Câmara. ----------

--- No uso da palavra, o Senhor José Graça fez menção aos representantes das entidades que constituem o Conselho Municipal de Turismo criado em Mafra, dizendo que algumas não têm génese cultural. Mais disse considerar que existe toda a legitimidade para criar uma Comissão de Turismo, no contexto desta Assembleia Municipal, que acompanhe, valorize e opine, na sede própria que é o órgão deliberativo, com vista ao engrandecimento do turismo. Acrescentou que os princípios enunciados pelo PS para a criação desta Comissão são, *ipsis verbis*, os mesmos que a Câmara enunciou para a constituição do Conselho Municipal de Turismo. Assim, considerou que se o PSD rejeitar esta proposta, as pessoas saberão tirar as devidas ilações políticas. Quanto à moção apresentada pela CDU, declarou que o PS votará favoravelmente porque as Câmaras Municipais têm, no entender do PS, a legitimidade para fazer a gestão do horário dos seus trabalhadores. Considerando o elevado número de Câmaras Municipais que já implementaram o horário das trinta e cinco horas, concluiu dizendo que a Câmara Municipal deverá rever a sua posição.----------

--- Tomou novamente a palavra a Senhora Dona Isilda Pegado, aditando que a Procuradoria-Geral da República, enquanto órgão consultivo do Estado, diz que os horários de trabalho podem ser alterados por acordo entre as autarquias e os representantes dos trabalhadores, desde que com o aval do Ministro das Finanças. Neste sentido, mais disse que não crê que um Governo que fez uma lei que, considerando a conjuntura socioeconómica, preconiza que os trabalhadores devem trabalhar quarenta horas venha agora abrir uma excepção para as autarquias. Relativamente à criação de uma Comissão Municipal de Turismo, declarou que, perante a existência do Conselho Municipal de Turismo, não vê necessidade de dois níveis de actuação no mesmo âmbito. ----------

--- Interveio, novamente, o Senhor José Graça, esclarecendo que o Conselho Municipal de Turismo exclui membros de partidos diversos que não sejam o PSD, portanto estes não têm voz própria num órgão que deve ser participado, interdisciplinar e opinativo, representando a vontade de todos os mafrenses. -------

--- No uso da palavra, o Senhor José Martinez da Silva disse pretender reafirmar que a lei que rege as autarquias não impõe aos órgãos executivos nenhuma norma para a organização do trabalho. Acrescentou que a lei das quarenta horas tem um único objectivo: diminuir o número de trabalhadores na função pública, sem proceder ao despedimento. ----------

--- Tomando a palavra, o Senhor Aníbal Ferra referiu que o BE vota favoravelmente a moção da CDU. Dirigindo-se à Senhora Dona Isilda Pegado, informou que ainda hoje o sindicato do calçado aprovou, com as empresas do sector, um horário de trinta e cinco horas semanais, portanto os funcionários públicos não são privilegiados. ----

--- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação. A moção apresentada pela CDU foi rejeitada por maioria com vinte e quatro votos contra (dos quais vinte e três do PSD e um do CDS) e onze votos a favor (dos quais três da CDU, sete do PS e um do BE). A proposta apresentada pelo PS foi rejeitada por maioria com vinte e três votos contra do PSD e doze votos a favor (dos quais sete do PS, três da CDU, um do CDS e um do BE). Foram apresentadas as seguintes declarações de voto verbais: Isilda Pegado, declarando que votou contra a moção apresentada pela CDU, não por ser contra o horário das trinta e cinco horas semanais para os trabalhadores autárquicos, mas por respeito à lei, e que votou contra a proposta apresentada pelo PS porque é ofensivo dizer que os representantes das entidades que integram o

Conselho Municipal de Turismo são do PSD; José Graça, declarando, em nome do PS, que é lamentável que o PSD não queira contribuir, de forma positiva, para uma unidade em torno de um desígnio transversal que é a dignificação do turismo. ------
--- Terminadas as intervenções no âmbito do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número um da ordem de trabalhos, com o título "**Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que declarou nada mais ter a aditar face à documentação previamente distribuída.----------
--- Não se verificando intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu com o ponto número dois, "**Situação Económica e Financeira das Empresas Locais – Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM SA e Matadouro Regional de Mafra, SA**". ----------
--- Tomou a palavra a Senhora Dona Maria Beatriz Gonçalves, referindo-se à alienação do capital social do Matadouro Regional de Mafra. Questionou se esta alienação foi concretizada, considerando que, analisando a documentação distribuída, esta empresa teve cerca de um milhão de euros de lucro, estando à venda por cerca de dois milhões e duzentos mil euros. Assim, se tal não sucedeu, ou os empresários não compreenderam o valor da empresa ou então o Executivo não fez o trabalho de casa na promoção do activo. ----------
--- No uso da palavra, o Senhor Tiago Nunes questionou se já existe algum desenvolvimento na alienação de parte da participação municipal no Matadouro Regional de Mafra. Mais questionou qual o ponto de situação da alineação do capital social que a Giatul detém na Mafreduca. ----------
--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos. ----------
--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra esclareceu que o Matadouro Regional de Mafra dá lucro, mas não de um milhão de euros. Explicou que a Câmara Municipal solicitou o apoio da Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) na análise jurídica desta situação, considerando que, em estrito cumprimento da lei, foi lançada a alienação, mas a mesma não foi consequente, perante a ausência de interessados. Relativamente à participação da Giatul na Mafreduca, esclareceu que está em estudo a aquisição da totalidade do capital social pela Câmara Municipal de Mafra, em conjunto com a DGAL e com o parceiro financeiro, que é a Caixa Geral de Depósitos.
--- No uso da palavra, o Senhor José Martinez da Silva perguntou o que é que a Câmara Municipal pretende efectivamente fazer com os quarenta e nove por cento que a Giatul tem na Mafreduca. Disse esperar que o objectivo não seja adquirir uma empresa falida. Acrescentou que a Mafreduca é uma empresa privada e, na sua opinião, deve permanecer privada. ----------
--- A Assembleia Municipal tomou conhecimento, nos termos do disposto nas alíneas a) e b) do número dois, do artigo vigésimo quinto, do Anexo I à Lei número setenta e cinco/ dois mil e treze, de doze de Setembro, dos pareceres semestrais das empresas Giatul - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM e Matadouro Regional de Mafra, SA, sobre a situação económico-financeira, prestados, respectivamente, pelas Sociedades de Revisores Oficiais de Contas Macedo Caldas & Bento, SROC e Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC, LDA, de acordo com a alínea h) do número seis, do artigo vigésimo quinto, da Lei número cinquenta/ dois mil e doze, de trinta e um de Agosto. ----------
--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número três, **"Desafectação de Domínio Público de parcela de terreno com 374,35 m^2, subjacente ao edifício do Centro de Saúde da Enxara do Bispo, para integração de Domínio Privado do Município de Mafra, de forma a regularizar os registos prediais do referido edifício"**.----------
--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual acrescentou, face à documentação distribuída, que se pretende regularizar os registos prediais do Centro de Saúde da Enxara do Bispo, sendo necessário desafectar do domínio público para domínio

privado da Câmara um terreno que corresponde à antiga faixa da EN9-2, de modo a poder efectuar, depois, o devido registo do imóvel. ----------
--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea q), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo I à Lei número setenta e cinco/ dois mil e treze, de doze de Setembro, autorizar a desafectação do domínio público, de uma parcela de terreno, com a área de trezentos e setenta e quatro vírgula trinta e cinco metros quadrados (374,35 m^2), situada na União de Freguesias da Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário, melhor identificada nas plantas que instruem o relatório técnico-jurídico anexo à Informação Interno/ dois mil e catorze/ onze mil oitocentos e nove, de nove de Outubro de dois mil e catorze, da Área do Património, para o domínio privado municipal, para a sua posterior inscrição na matriz como parcela de terreno para construção e posterior anexação aos artigos urbanos já pertencentes ao Município de Mafra, tendo em vista o registo do prédio onde o Centro de Saúde da Enxara do Bispo se encontra edificado, a favor deste Município.----------
--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número quatro, "**Compromissos Plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia concedida pela Assembleia Municipal**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. ----------
--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que se informa a Assembleia Municipal dos compromissos plurianuais descritos na informação previamente distribuída, para os quais o órgão deliberativo já deu autorização prévia.
--- A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos compromissos plurianuais, constantes da Informação Interno/ dois mil e catorze/ treze mil, duzentos e oitenta e um, datada de catorze de Novembro de dois mil e catorze, em anexo, ao abrigo das autorizações prévias no âmbito da Lei dos Compromissos, já concedidas pela Assembleia Municipal. ----------
--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número cinco, "**Assunção de compromissos plurianuais**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. ----------
--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que a Câmara solicita autorização à Assembleia Municipal para assumir os compromissos plurianuais que estão descritos na informação em anexo, privilegiando-se o lançamento de procedimentos concursais pelo período de três anos, de forma a minimizar a sobrecarga administrativa dos serviços e maximizar economias de escala. ----------
--- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria (com trinta votos a favor, dos quais vinte e três do PSD e sete do PS e cinco abstenções, sendo três da CDU, uma do CDS e uma do BE), nos termos do disposto na alínea c) do número um, do artigo sexto, da Lei número oito/ dois mil e doze, de vinte e um de Fevereiro, autorizar a assunção dos compromissos plurianuais, constantes do Mapa de Encargos Plurianuais, em anexo à Informação Interno/ dois mil e catorze/ treze mil, duzentos e sessenta e quatro, elaborada pela Área de Estudos e Planeamento, da Divisão de Gestão Financeira e Património. ----------
--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número seis, "**Recrutamento de seis assistentes operacionais na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto na área de educação**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. ----------
--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal aditou, face à documentação previamente distribuída, que se verifica a necessidade de reforçar os recursos humanos na área da educação, considerando as aposentações de trabalhadores. ---
--- Interveio a Senhora Dona Maria Beatriz Gonçalves, dizendo que o PS concorda com este tipo de contratação e alerta para que a mesma seja acompanhada de formação. Acrescentou que a Câmara Municipal recorreu, durante muitos anos, a trabalhadores em Programas Ocupacionais (POC), pelo que participou de uma forma de contratação promotora da precaridade, exigindo a estes trabalhadores que exercessem a sua função a troco de escassos euros e sem qualquer formação. ------

--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, atentos os fundamentos de facto e de direito plasmados na Informação Interno/ dois mil e catorze/ treze mil, cento e setenta e três, elaborada em sete de Novembro de dois mil e catorze, pela Divisão de Recursos Humanos, bem como o preenchimento dos requisitos cumulativos constantes dos artigos quadragésimo oitavo e sexagésimo quarto, da Lei número oitenta e três-C/ dois mil e treze, de trinta e um de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para dois mil e catorze), bem como a situação prevista na alínea a) do número um, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo à Lei número trinta e cinco/ dois mil e catorze, de vinte de Junho, deliberou, por unanimidade, nos termos do número dois, do artigo sexagésimo quarto, da Lei número oitenta e três-C/ dois mil e treze, de trinta e um de Dezembro, autorizar o recrutamento excepcional de 6 (seis) assistentes operacionais, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo incerto, na Área da Educação, para a substituição directa de trabalhador ausente, destinado a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego publico por tempo indeterminado previamente estabelecida. ----------

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número sete, "**Aprovação da alteração aos estatutos da "Tapada Nacional de Mafra – Centro Turístico, Cinegético e de Educação Ambiental" (TNM), incluindo a alteração do capital social – submissão à fiscalização prévia do Tribunal de Contas**". De seguida, solicitou à Assembleia Municipal que a discussão deste ponto sete fosse conjunta com o ponto número oito, "**Celebração de Acordo Parassocial entre a Câmara Municipal de Mafra e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF)**". Ninguém se opôs. De seguida, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. ----------

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou, em aditamento à documentação distribuída, que se verifica que os estatutos da Tapada Nacional de Mafra – Centro Turístico, Cinegético e de Educação Ambiental (TNM) estão desadequados da realidade, quando se pretende uma gestão mais próxima e uma nova dinâmica de articulação com a comunidade. Em particular, sublinhou que, no capital social da Tapada, o Estado se faz representar por vários organismos da Administração Central, dispersão esta que constitui um obstáculo à gestão. Assim, propõe-se a alteração dos estatutos, que contempla uma concentração da participação do Estado em 51% no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP (ICNF), e, consequentemente, um reforço da participação da Câmara Municipal de Mafra, passando de vinte e dois por cento para trinta e três vírgula sessenta e dois por cento. Para além disso, explicou que a presente proposta contempla, entre outras alterações: o reconhecimento da Tapada como pessoa colectiva de utilidade pública; a exclusão da possibilidade de distribuição dos excedentes, que, a existirem, só poderão ser aplicados nas reservas a redução do número de membros da Direcção de cinco para três, flexibilizando a gestão; a possibilidade de estabelecer acordos parassociais. Mais acrescentou que, no âmbito do ponto oito, se propõe a celebração de um acordo parassocial com o ICNF, no âmbito do qual se preconiza que a Câmara Municipal possa indicar dois dos três membros da Direcção e, desta forma, exercer uma participação mais efectiva na gestão durante os próximos seis anos, com o objectivo de promover e valorizar o activo estratégico que é a Tapada, envolvendo a comunidade. ----------

--- No uso da palavra, o Senhor José Graça declarou que o PS vai votar favoravelmente estes dois pontos. Não obstante, referiu que os objectivos de promoção e de valorização que o Presidente da Câmara agora proferiu são os mesmos que o PS invocou para a proposta de criação da Comissão Municipal de Turismo. Acrescentou que, todavia, a proposta do PS foi rejeitada, quando ela visava o mesmo desígnio de envolvimento da comunidade agora posto em evidência. ------

--- Interveio o Senhor José António Parente, registando a oportunidade da presente proposta, que já tardava, uma vez que há largos anos os Executivos Municipais se têm empenhado para que a gestão da Tapada tivesse uma maior dinâmica. Recordou que a participação municipal tem sido especialmente intensa nos momentos de crise,

a exemplo dos incêndios de dois mil e três, na mudança de director ou no período de turbulência financeira em dois mil e onze/ dois mil e doze. Em conclusão, considerou que este momento deve ser aproveitado para que a Tapada possa ter uma maior abertura à população, abertura esta que sabe, pelo conhecimento que tem da visão do Senhor Presidente, que não significa, de todo, a construção massificada de hotéis no interior deste espaço natural, contrariamente a notícias que tem sido equivocamente difundidas na comunicação social. Por último, declarou que o PSD vota favoravelmente os pontos sete e oito. ----------

--- Tomando a palavra, o Senhor José Martinez da Silva declarou que a CDU está de acordo com as propostas contidas nos pontos sete e oito. Recordou, contudo, que a Tapada é um património nacional: a Câmara Municipal deve assumir a sua gestão, mas não deve dispensar o Estado dos compromissos que tem na manutenção e na valorização de um património que, sendo de Mafra, é nacional. ----------

--- No uso da palavra, o Senhor José Eduardo Libânio questionou se, no âmbito da revisão do Plano Director Municipal (PDM), é intenção dar a possibilidade de construir hotéis e campos de golfe no interior da Tapada. ----------

--- Tomou a palavra o Senhor Aníbal Ferra para declarar que o BE vota favoravelmente os dois pontos. No entanto, sublinhou que a Tapada é de todo o país e que seria conveniente que esta fosse considerada Património Mundial da UNESCO, pois assim seria possível ter a certeza de que não seriam construídos hotéis e campos de golfe. ----------

--- Interveio o Senhor Tiago Nunes, referindo que a Tapada é, a par do Palácio Nacional de Mafra, uma das jóias do património colectivo do nosso Concelho e do nosso país, pelo que é um bem comum a preservar e a valorizar. Mais referiu que as dificuldades económicas que a Tapada tem sentido nos últimos anos são do conhecimento público e é do interesse de todos que as mesmas sejam ultrapassadas. Porque entende que estas soluções podem contribuir para tal, e ao mesmo tempo para a sustentabilidade deste nosso património, declarou que o CDS-PP vota favoravelmente este dois pontos. ----------

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, o qual registou, com satisfação, a unanimidade gerada quanto ao tema. Esclareceu que as notícias que referem que a Câmara Municipal pretende construir unidades hoteleiras dentro da Tapada é meramente especulativa: o Executivo Municipal apenas pretende requalificar o edificado existente, nomeadamente na zona do Celebrado e as casas dos guardas que carecem de uma intervenção urgente. Além disso, independentemente do que consta em sede de PDM, a Tapada continua a ser Regime Florestal Total, pelo que qualquer construção que venha a ser feita carece sempre de parecer vinculativo de todas as entidades nacionais que tutelam este Regime. Esclareceu, também, que a construção de campos de golfe não faz parte do Plano Estratégico da Tapada. Acrescentou, por último, de que partilha a ideia de que o Estado não se pode desobrigar de continuar a investir na preservação e valorização da Tapada. ----------

--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, autorizar a alteração do capital social da Tapada Nacional de Mafra - Centro Turístico, Cinegético e de Educação Ambiental (TNM) e a correspondente aquisição das participações pela Câmara Municipal de Mafra, fundamentada na melhor prossecução do relevante interesse público local, bem como a aprovação dos Estatutos da Tapada Nacional de Mafra - Centro Turístico, Cinegético e de Educação Ambiental (TNM), nos termos do disposto na alínea n) do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo I à Lei número setenta e cinco/ dois mil e treze, de doze de Setembro, conjugados com o número três, do artigo primeiro, e artigos terceiro, sexto, trigésimo segundo, números um e dois, dos artigos quinquagésimo terceiro, quinquagésimo quarto e quinquagésimo quinto, todos da Lei número cinquenta/ dois mil e doze, de trinta e um de Agosto, sem prejuízo da necessária submissão do processo à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, para salvaguardar o cumprimento do disposto nos artigos quinquagésimo sexto, número

dois e quinquagésimo oitavo, da Lei número cinquenta/ dois mil e doze, de trinta e um de Agosto. ----------
--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, atento o artigo décimo sétimo, do Código das Sociedades Comerciais, aprovar a celebração do Acordo Parassocial, em conformidade com a minuta anexa à referida proposta, entre a Câmara Municipal de Mafra e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., enquanto subscritores do capital social da "Tapada Nacional de Mafra — Centro Turístico, Cinegético e de Educação Ambiental" (TNM), cooperativa de interesse público de responsabilidade limitada, e no interesse pela estabilidade da gestão social, para acautelar o risco de maiorias flutuantes e para garantir a manutenção de uma política comum traçada como benéfica para a TNM numa perspectiva global. ----------
--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número nove, **"Acordo de Transacção entre o Município e a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA"**, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.
--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou a intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Sardinha, o qual explicou que o Município, ao abrigo de contratos de fornecimento com a EPAL, se viu na necessidade de realizar investimentos avultados em infra-estruturas que garantissem o fornecimento de água às populações, nomeadamente a adutora de Arcena, infra-estruturas estas que estiveram associadas a determinados consumos-mínimos, que foram negociados com a EPAL por anteriores Executivos Municipais. Com a redução verificada gradualmente ao nível dos consumos, tanto em resultado do crescimento dos ecogestos, como do aumento da eficiência no próprio sistema e da consequente diminuição de perdas, estes consumos-mínimos passaram a não ser atingidos, ou seja, cresceu o diferencial entre o que efectivamente se consome e o que se tem de pagar. Neste contexto, iniciou-se um processo de negociação com vista ao pagamento da factura devida à EPAL, do qual resulta o acordo que se coloca à aprovação. ----------
--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea c) do número um, do artigo sexto, da Lei número oito/ dois mil e doze, de vinte e um de Fevereiro, autorizar a assunção de compromissos plurianuais consubstanciados no Acordo de Transacção a celebrar entre o Município e a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., ao abrigo do disposto no número um, do artigo octogésimo sexto, da Lei número oitenta e três-C/ dois mil e treze, de trinta e um de Dezembro. ----------
--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número dez, **"Contrato de Consolidação e Reestruturação de Créditos entre o Município de Mafra e o Banco BPI"**, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. ----------
--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal recordou que o Executivo tem vindo a desenvolver um processo de renegociação junto dos credores, pelo que, no que diz respeito à regulação de créditos relativos à Mafratlântico, se propõe a celebração do contrato que foi previamente distribuído. ----------
--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal deliberou, por maioria (com vinte e três votos a favor do PSD e doze abstenções, sendo sete do PS, três da CDU, uma do CDS e uma do BE), nos termos da alínea c) do número um, do artigo sexto, da Lei número oito/ dois mil e doze, de vinte e um de Fevereiro, autorizar a assunção de compromissos plurianuais em que o Contrato de Consolidação e Reestruturação de Créditos a celebrar entre o Município de Mafra e o Banco BPI se traduz, na medida em que o Município irá pagar o montante em dívida em dez anos.
--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número onze, **"Empréstimo a curto prazo até ao montante de dois milhões e quinhentos mil euros – Ano de dois mil e quinze"**, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. ----------
--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal aditou, face à documentação distribuída, que se submete à aprovação a celebração de um empréstimo a curto

prazo, que se destina tão-somente a servir de fundo de tesouraria, já que a arrecadação de receitas não é constante ao longo do ano. Na prática, trata-se de uma almofada para a gestão diária municipal, sendo que este empréstimo tem de ser liquidado até ao último dia útil do ano. Por último, acrescentou que, enquanto que no ano passado não se conseguiu melhor que três por cento de *spread*, este ano foi alcançado um vírgula trinta e nove, o que traduz a fiabilidade financeira do Município perante a banca. ----------

--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria (com vinte e três votos a favor do PSD e onze abstenções, sendo seis do PS, três da CDU, uma do CDS e uma do BE), nos termos do previsto na alínea f) do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo I à Lei número setenta e cinco/ dois mil e treze, de doze de Setembro, autorizar a contratação, pelo Presidente da Câmara Municipal de Mafra em representação da Câmara Municipal, para o ano de dois mil e quinze, de um ou mais empréstimos de curto prazo até ao montante de € 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil euros), nas condições propostas pelo Banco Santander Totta, S.A, por de acordo com o "MAPA RESUMO - Propostas Entidades Bancárias" que instrui a Informação Interno/ dois mil e catorze/ treze mil, duzentos e setenta e três, ser a instituição de crédito que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa. ----------

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número doze, **"Documentos Previsionais – Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e quinze"**, solicitando que a discussão deste ponto e do seguinte, **"Proposta de mapa de pessoal para dois mil e quinze"**, fosse efectuada conjuntamente. Ninguém se opôs.----------

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal efectuou a leitura de uma nota preambular que enumera as prioridades estratégicas contidas na proposta de Documentos Previsionais para dois mil e quinze, sob o mote "Tornar Mafra um Concelho de Excelência para quem nele vive, trabalha ou visita", a qual se anexa à presente acta com a denominação de ANEXO SEIS. De seguida, solicitou a intervenção do Vereador Hugo Moreira Luís, que efectuou a apresentação técnica dos referidos Documentos Previsionais, nos termos do documento que se anexa à acta com a denominação de ANEXO SETE. Relativamente ao mapa de pessoal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que, por imperativo legal, este quadro de pessoal tem de apresentar uma redução anual de dois por cento, a qual é cumprida na proposta apresentada e previamente distribuída. ----------

--- Interveio a Senhora Dona Maria Beatriz Gonçalves, referindo que, na apresentação efectuada, o Vereador Hugo Moreira Luís não mencionou que as famílias tiveram de pagar mais Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), imposto este que vai gerar cerca de nove milhões de euros de receita da Câmara em dois mil e quinze. Disse que este é dinheiro que vai deixar de circular na economia local, penalizando muito mais as famílias do que a redução efectuada em termos de IRS. Por outro lado, e estando na sua posse um documento de alteração ao orçamento da despesa, questionou por motivo se verificou uma redução de oitenta e quatro mil euros nas actividades de enriquecimento curricular, três mil euros no protocolo de educação especial, trinta e cinco mil euros no apoio ao associativismo desportivo, onze mil euros nas medidas extraordinárias de apoio à habitação, trinta mil euros no apoio ao arrendamento social, dois mil e quinhentos euros no "Cartão Família" e dez mil euros no "Cartão de Apoio ao Idoso". ----------

--- No uso da palavra, o José Martinez da Silva efectuou a leitura do documento, que se anexa à acta com a denominação de ANEXO OITO, que reflecte a análise realizada à proposta de Documentos Previsionais e que identifica os princípios que os mesmos devem conter para que a CDU vote favoravelmente, enumerando sugestões.--------

--- Dirigindo-se ao Senhor José Martinez da Silva, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a Assembleia Municipal não tem competência para propor alterações à proposta de Documentos Previsionais apresentada pela Câmara Municipal, pelo que informou que o documento entregue ficará anexo à acta, figurando como uma declaração da CDU. ----------

--- Interveio o Senhor Jaime Oliveira, dizendo que na página onze da proposta de Orçamento Municipal, no que se refere às funções sociais, faz-se referência à construção e beneficiação de redes de abastecimento de água, bem como à construção, reparação e beneficiação de redes colectoras em diversas localidades. Frisou que, segundo a informação de que dispõe, os sistemas de abastecimento de água e de saneamento em baixa estão concessionados à Be Water, pelo que questionou porque não é esta empresa que é responsável pela construção, reparação e beneficiação das referidas redes. ----------
--- Tomando a palavra, o Senhor José Graça procedeu à leitura da declaração de voto do PS relativamente à proposta de Documentos Previsionais, a qual se anexa à acta com a denominação de ANEXO NOVE. ----------
--- No uso da palavra, o Senhor Tiago Nunes solicitou que a sua intervenção figurasse, também, como declaração de voto. Começou por manifestar a sua satisfação por ter sido criado, a nível nacional, um travão à inflacção de previsão de receitas nos Orçamentos Municipais, acrescentando que esta prática tinha vindo a ser seguida pela Câmara Municipal de Mafra pela introdução de estimativas de receitas provenientes da venda de bens, nomeadamente terrenos, ficando autorizada a realizar despesas elevadas. No entanto, referiu que os terrenos ficaram por vender, mas as despesas se fizeram na mesma, pelo que saudou a nova legislação nacional, nos termos da qual só se pode inscrever receitas provenientes de vendas de bens imóveis com base na média real e efectiva das vendas dos três últimos anos, o que contribui, na sua opinião para um rigor nas previsões e para uma maior transparência na gestão dos dinheiros dos contribuintes. Analisando a proposta de Documentos Previsionais para dois mil e quinze, lamentou o aumento da despesa, em cento e cinquenta mil euros, com juros e outros encargos, bem como a previsão de despesa, de quase duzentos e oitenta mil euros, com estudos, pareceres e consultadoria. Referiu que o CDS-PP não se revê nestas opções políticas. Por fim, lamentou que o Executivo preveja vinte mil euros em propaganda, que considerou uma forma discutível de gastar o dinheiro dos contribuintes. Por estas razões, e também porque discorda da política fiscal que sustenta esta proposta de Orçamento, declarou que o CDS-PP votará contra. ----------
--- Interveio o Senhor Bruno Ribeiro, referindo que, para o PSD, a proposta de Orçamento é realista, anunciando uma previsão de receitas e despesas futuras que tem sempre em vista a manutenção do equilíbrio das contas do Município. Mais considerou que os valores são sensatamente apresentados face à conjuntura socioeconómica actual. Frisou que, de forma transversal, os Orçamentos Municipais dependem, em grande escala, das transferências do Orçamento Geral do Estado e da cobrança de impostos, pelo que, ainda que se preconize um documento que não penalize os contribuintes, a verdade é que a receita arrecadada por via dos impostos municipais é determinante para que o Município possa acudir às necessidades dos que mais precisam e fazer investimento para estimular a economia. Mais frisou que, no que diz respeito à receita arrecadada por via do IMT, se prevê uma diminuição significativa, em resultado do contexto actual, diminuição esta que também se verificará na rubrica referente à taxa de ocupação do subsolo, desta feita por iniciativa municipal. Referiu-se, também, à redução prevista em sede de IRS, a qual o PSD considera que, de todo, não é residual face ao impacto que exerce no Orçamento Municipal. Por outro lado, registou positivamente a poupança corrente de cerca de dez milhões de euros, reflectindo o esforço de contenção ao nível da gestão corrente. Quanto ao IMI, e ainda que se constate, na presente proposta de Orçamento, um aumento da receita proveniente, em grande parte, do término das cláusulas de salvaguarda, lembrou que está em elaboração uma proposta de alteração ao Orçamento de Estado para dois mil e quinze, a qual dá a possibilidade, às autarquias, de reduziu o IMI em função do agregado familiar. Por último, dirigindo-se ao Senhor José Graça, formulou uma correcção: os fundos de investimento imobiliário não estão totalmente isentos do pagamento da taxa de IMI; a mesma é na ordem dos cinquenta por cento e tenderá a acabar.----------

--- No uso da palavra, o Senhor José Graça questionou se o Executivo Municipal pretende fazer, em dois mil e quinze, uma redução da taxa de IMI para as famílias numerosas. ----------
--- Tomando a palavra, a Senhora Dona Maria Beatriz Gonçalves declarou que considera residual a redução ao nível do IRS, colocando a tónica no IMI. Acrescentou que a Câmara Municipal tem a possibilidade, de junto das Finanças e da Comissão Nacional de Avaliação dos Prédios Urbanos (CNAPU), rectificar o coeficiente de localização, referindo que na zona em frente ao Palácio Nacional de Mafra o referido coeficiente foi aumentado para um ponto cinco, enquanto que no Milharado, na Venda do Pinheiro e na Malveira é um ponto dois. Residindo no Milharado, referiu-se à ausência de transportes públicos, às estradas sinuosas, esburacadas e mal sinalizadas desde a auto-estrada até à localidade, à inexistência de escolas do segundo e terceiro ciclos do ensino básico, considerando que tais condições não correspondem a um ponto dois. Assim, solicitou a intervenção da Câmara Municipal nesta matéria, na medida em que se verifica um aumento do IMI em trinta e três por cento, com consequências para as famílias. ----------
--- Interveio o Senhor José Eduardo Libânio, mencionando que um trabalhador que pague quinhentos euros de IRS, com o desagravamento da Câmara tem um ganho de vinte e cinco euros; uma família que pague quinhentos euros de IMI, com o agravamento da Câmara tem uma perda de trezentos e trinta euros. Mais referiu que, relativamente ao método pelo qual o PSD nacional pretende taxar o IMI, em função da dimensão do agregado familiar, acrescentou que a adopção deste critério dependerá sempre da Câmara, pelo que questionou qual a posição do Presidente. Relembrou que apresentou, na sessão da Assembleia Municipal, uma proposta de criar tarifários da água que tenham em conta a dimensão do agregado familiar, tendo o Presidente declarado que tal não seria possível para o ano em questão, mas que futuramente iria tomá-la em consideração. ----------
--- De seguida, aproximando-se as vinte e quatro horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou autorização para a continuação dos trabalhos, nos termos do artigo décimo quinto do Regimento. Ninguém se opôs. ----------
--- No uso da palavra, o Senhor Bruno Ribeiro esclareceu que se trata de uma proposta de alteração ao Orçamento do Estado, a qual ainda não foi aprovada, pelo que, na sua opinião, não compete ao Presidente da Câmara pronunciar-se sobre a mesma nesta fase. ----------
--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos tidos por convenientes. -------
--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal lamentou que as apreciações estejam a ser formuladas de forma parcial: invocam constantemente a reposição da taxa de IMI, mas esquecem a significativa redução da receita arrecadada em sede de IMT, na ordem dos seis milhões e meio de euros entre dois mil e onze e dois mil e catorze, à qual se junta a diminuição ao nível das taxas de urbanização. Mais esquecem o impacto que a redução da taxa de IRS tem nas famílias e que a isenção da derrama tem na dinamização da economia local, verificando-se que, só no último ano, a taxa de desemprego baixou três pontos. Relativamente à questão do IMI, acrescentou que o limiar de isenção aumenta, passando de quatorze mil e seiscentos euros de rendimento para quinze mil e trezentos euros por ano, o que significa que mais famílias estarão isentas, além do que foi efectuado o processo de reavaliação dos imóveis, contribuindo para uma aproximação face ao valor real de mercado. Não obstante, e quanto à questão dos coeficientes de localização aplicados pelas Finanças, informou que iria analisar o assunto. Mais acrescentou que a Câmara Municipal tem-se empenhado, por um lado, na implementação de medidas de apoio às famílias carenciadas e, por outro lado, na redução dos custos de funcionamento da própria máquina municipal e na diminuição do passivo, mediante a negociação com credores. No que se refere às medidas de apoio social, explicou que na proposta de Orçamento Municipal para dois mil e quinze estas não estão compartimentadas, mas congregadas numa rubrica, num valor que é superior ao ano anterior. Sobre a proposta de taxar o IMI em função do agregado familiar, disse não conhecer o detalhe

da mesma e que, não estando aprovada, não foi objecto de reflexão pelo Executivo. Por último, quanto à aplicação de tarifários de água para famílias numerosas, informou que o assunto tem sido objecto de análise nas reuniões com a concessionária, esclarecendo que, pese embora o seu empenho, tal está indirectamente implicado com a reestruturação do sector, que está em curso. ------
--- Interveio novamente o Senhor José Martinez da Silva, frisando que a CDU afirmou que a proposta de Orçamento Municipal apresenta um acréscimo de quarenta por cento ao nível dos impostos directos, ou seja, neste valor estão incluídas tanto as subidas, como as descidas. Mais frisou que esta proposta apresenta um excedente das receitas correntes face às despesas correntes de vinte e cinco por cento, o que significa que as receitas que vão ser arrecadadas são muito para além das reais necessidades do Município. ----------
--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria (com vinte e três votos a favor do PSD e onze votos contra, sendo seis do PS, três da CDU, um do CDS e um do BE), nos termos da alínea a) do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo I à Lei número setenta e cinco/ dois mil e treze, de doze de Setembro, aprovar os Documentos Previsionais - Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e quinze, no valor total de € 51.195.420,00 (cinquenta e um milhões, cento e noventa e cinco mil, quatrocentos e vinte euros), correspondendo as Grandes Opções do Plano a € 28.758.730,00 (vinte e oito milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, setecentos e trinta euros), sendo do Plano Plurianual de Investimentos € 10.902.970,00 (dez milhões, novecentos e dois mil, novecentos e setenta euros) e do Plano de Actividades Municipal o valor de € 17.855.760,00 (dezassete milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e sessenta euros). ----------
--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria (com trinta e três votos a favor, dos quais vinte e três do PSD, seis do PS, três da CDU e um do BE e uma abstenção do CDS), aprovar o Mapa de Pessoal para dois mil e quinze, nos termos das disposições conjugadas da alínea o) do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo I à Lei número setenta e cinco/ dois mil e treze, de doze de Setembro, com o número quatro, do artigo vigésimo nono, do Anexo à Lei número trinta e cinco/ dois mil e catorze, de vinte de Junho. ----------
--- Terminada a discussão da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o **período de intervenção do público**, verificando-se a inscrição do Senhor Miguel Samora, morador no Caminho Municipal mil cento e setenta e um, número nove, na localidade do Picão, Gradil.----------
--- No uso da palavra, o Senhor Miguel Samora referiu que, neste mesmo espaço, se realizou o acto de doação pública, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ao Município de Mafra, de uma parcela da Quinta do Desembargador. No entanto, aditou que nesta cerimónia não foi explicado que este património não foi doado aos Gradilenses, porque o Município, ao contrário de doação, celebrou contratos em regime de comodato pelo período de um ano com a União das Freguesias, a Casa do Povo do Gradil e o Desportivo União Gradilense. Questionou o que sucederá se estes contratos não forem renovados, quando a União das Freguesias tem um pólo neste edifício. Concluindo, disse que é importante deixar claro que, quando o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa disse que tinha sido feita justiça, essa justiça foi feita, mas não para os Gradilenses. ----------
--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Digníssima Assembleia a aprovação das deliberações em minuta, a qual foi aceite. ----------
--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a sessão ordinária do ano de dois mil e catorze da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra quando passavam vinte minutos das zero horas do dia vinte e um de Novembro de dois mil e catorze. ----------
-- Para constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e que, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, José António Petulante Parente, Segundo Secretário da Mesa, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. ----------

---------- ---------- ----------

---------- ---------- ----------

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respectiva Mesa,

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e Executivo,

Caros colegas Presidentes de Junta e Membros da Assembleia Municipal,

Comunicação Social e Público Presente,

Meus Senhores e Minhas Senhoras,

Sejam **bem-vindos** à União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário e, especialmente, ao Gradil.

Receber esta sessão da Assembleia Municipal tem, para os Gradilenses, um **forte simbolismo**: porque se realiza num espaço que, podemos agora dizê-lo, **é nosso**, depois que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa doou ao Município de Mafra parte desta Quinta do Desembargador e depois também da sua cedência à União das Freguesias, à Casa do Povo e ao Desportivo União Gradilense, instituições que são o núcleo central de apoio a esta população.

Foi o culminar de um **longo processo** que remonta ao final dos anos 70. Desde então, as gentes desta terra foram responsáveis pela reabilitação da Quinta do Desembargador, construindo instalações administrativas, sociais, desportivas, culturais e de saúde.

ANEXO I

Foram membros activos das comissões, independentemente de afinidades partidárias. Foram a força de trabalho durante as obras. Foram o suporte material e financeiro.

O espaço que hoje vos acolhe é, definitivamente, o símbolo da união. Por isso, ao entregá-lo aos Gradilenses, a Câmara Municipal de Mafra prestou reconhecimento ao trabalho colectivo. *Bem-haja, Senhor Presidente, pela sua firmeza na defesa do superior interesse das populações!*

A comunidade que hoje vos acolhe é, definitivamente, a personificação do dinamismo. No trabalho voluntário de muitos cidadãos anónimos. Na capacidade empreendedora das suas associações. Por isso, tem vindo esta União das Freguesias a empenhar-se na realização de um **trabalho de proximidade** que apoie e estimule esta dinâmica. Queremos ser, antes de mais, o **parceiro** da comunidade!

Agradeço ao Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** por ter escolhido o Gradil para receber esta reunião descentralizada. Agradeço, também, à **Casa do Povo** pelo apoio logístico.

Aos Membros da Assembleia Municipal desejo os melhores votos de um **bom trabalho**.

Serão sempre muito bem-vindos!
Muito obrigado.

Exmo. Sr. Presidente da Mesa
Exmos. Membros da Assembleia
Exmo. Sr. Presidente da Câmara
Exmos. Senhores Vereadores
Órgãos de Comunicação Social
Digníssimo Público

Boa noite

Na Assembleia Municipal de 25 de Setembro de 2014 o senhor Aníbal Rolim, do Bloco de Esquerda, apresentou uma Moção contra a privatização da Valorsul.

Inadvertidamente os eleitos da CDU nesta Assembleia Municipal abstiveram-se não porque não são contra a privatização desta empresa, mas porque não percebemos que a seria posta à votação a referida Moção.

A CDU criticou o Governo da maioria PSD/CDS-PP por entregar uma «empresa rentável» como a Valorsul, entre outras estatais de tratamento de resíduos, a privados, defendendo a manutenção da sua gestão pelos municípios.

A Valorsul é uma grande mais-valia não só do ponto de vista ambiental, mas pelo serviço que presta às populações, do ponto de vista da política tarifária, que permite, no tratamento dos resíduos, não sobrecarregar as pessoas com custos que, com a privatização, certamente irão aumentar,

A Valorsul, na Bobadela, faz parte da Empresa Geral do Fomento (EGF), a sub-holding do grupo Águas de Portugal para a área dos resíduos. A Valorsul é uma empresa rentável que, ao longo de anos, tem permitido que haja um investimento com resultados muito evidentes do ponto de vista ambiental, com óbvios benefícios para as populações. Não é aceitável que, numa empresa que dá lucro, sendo pública e gerida pelos municípios, o Governo acabe por intervir, retirando-a dos municípios e entregando-a aos interesses privados.

A CDU é contra a privatização de empresas públicas que contribuem para a qualidade de vida das populações e que são o garante do Estado Democrático.

Pelo sucedido queremos publicamente pedir desculpa ao senhor Aníbal Rolim eleito pelo Bloco de Esquerda.

Obrigada

Os eleitos da CDU

Maria Graça Figueiredo

Sr. Presidente da Assembleia Municipal e respetiva mesa,

Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Srs. Vereadores,

Srs. Membros da Assembleia Municipal,

Srs. Funcionários,

Comunicação Social,

Srs. Munícipes,

Boa Noite.

Atualmente, os portugueses estão a passar por situações de extrema complexidade e com consequências sobejamente preocupantes e nefastas para que não passem de todo despercebidas aos olhos dos governantes por eles eleitos.

Mas a realidade é outra. Nada disso é tido em conta, pois o atual Governo faz tudo para continuar a arrecadar para si mesmo, retirando, assim, ao povo português os escassos direitos que ainda restam e as parcas regalias que ainda sobejam.

Nesta altura que o povo, poder soberano, apresenta um enorme descrédito para com a classe política, é urgente que a mesma assuma com responsabilidade tanto as promessas como os compromissos que têm para com os cidadãos.

No passado dia 29 de Maio, em ato solene celebrado na Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, o Sr. Presidente da Câmara juntamente com o Sr. Secretário de Estado da Cultura assinaram diversos protocolos em que um era referente a uma verba no valor de 200.000 Euros destinada ao restauro dos Carrilhões do Palácio.

No entanto, na 11ª alteração orçamental foram retirados dessa mesma verba 100.000 Euros ficando, assim, o valor destinado aos respetivos Carrilhões pela metade.

De notar que os Carrilhões do Palácio Nacional de Mafra, aliás, como é do conhecimento público, encontram-se em grave risco de derrocada, pelo que se torna imperativa uma atuação célere, consciente e responsável.

Pergunta a bancada do Partido Socialista se não deveria acontecer exatamente o oposto, ou seja, se a Câmara Municipal, ao invés de retirar metade da verba, não deveria antes fazer todos os esforços possíveis para mantê-la intocável e inclusive, no próximo orçamento esforçar-se por acrescentar mais algum valor ao inicialmente acordado por protocolo que fora assinado em ato solene e tornado público.

Disse.

CDU Mafra

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA PCP/PEV Concelho de Mafra

Rejeitado por maioria com 24 votos contra (23 PSD; 1 CDS) e 11 votos a favor (3 CDU; 1 BE; 7 PS)

MOÇÃO

A assembleia Municipal reunida hoje, 20 de Novembro, atendendo à justeza da pretensão dos trabalhadores municipais de regressar ao horário de trabalho de 35 horas semanais, justeza até reconhecida por sua Excelência o Presidente da Câmara, na Área Metropolitana de Lisboa, de cujo Conselho é Vice-Presidente, recomenda à Câmara a adopção imediata do horário de trabalho de 35 Horas semanais.

Graça Figueiredo

ANEXO IV

MOÇÃO

Rejeitado por maioria com 23 votos contra (23 PSD) e 12 votos a favor (7 PS; 1 CDS; 3 CDU; 1 BE)

Proposta de criação da Comissão de Turismo

No passado mês de Abril Câmara Municipal de Mafra deliberou criar o Conselho Municipal de Turismo cujo Aviso nº 5807 mereceu publicação no Diário da Republica de 28 de Abril.

Aquando da sua apreciação na última Assembleia Municipal a Bancada do PS saudou esta iniciativa não sem antes salientar que, de acordo com os princípios enunciados pela Câmara à sua criação, esta Comissão, deveria ser e conter:

- ✓ a criação de grupos de trabalho sectoriais para analisar matérias específicas,
- ✓ que deve contribuir para a qualificação da oferta turística,
- ✓ que promova o acompanhamento regular da evolução da situação turística do Município,
- ✓ que funcione como um espaço privilegiado de diálogo, análise e aconselhamento das melhores opções estratégicas para reforçar o reconhecido potencial turístico do Concelho de Mafra,
- ✓ e que a sua intervenção sectorial contribua, estrategicamente, para a diversificação e atractividade turística concelhia.

Nesse sentido, a Bancada do Partido Socialista propõe a criação de uma Comissão de Turismo nesta Assembleia, cientes de que a mesma acrescentará valor à intenção deste Executivo assim como dando expressão e cumprimento ao espirito legislativo que o prevê no artigo 49º do Regimento da Assembleia Municipal em vigor.

Mafra, 20 de Novembro de 2014

A Bancada do Partido Socialista

Leila Alexandre

ANEXO V

PREÂMBULO

Tornar Mafra um Concelho de Excelência para quem nele vive, trabalha ou visita. Este é o desafio assumido pela Câmara Municipal.

No entanto, a excelência não é, em si mesma, um valor absoluto. É uma tarefa sempre em construção. É um exercício cujo sucesso muito depende da **superação**, essa capacidade única de olhar para os problemas não como obstáculos, mas como oportunidades ímpares de evolução.

O primeiro ano de mandato constituiu uma etapa verdadeiramente decisiva neste processo evolutivo. **E a Câmara Municipal fez o seu trabalho de casa**: reduziu custos de funcionamento; renegociou o passivo com os credores; e, mais, assumiu a difícil decisão de implementar um pacote de fiscalidade municipal que assegurasse a qualidade dos serviços diários e essenciais prestados às pessoas. Em suma, fomos forçados a exigir sacrifícios, mas respondemos com muito trabalho, com rigor e, sobretudo, com profunda dedicação.

Respeitando este capital de confiança granjeado, a **recuperação financeira tem de continuar a ser um imperativo para 2015**. Porque só uma autarquia com as contas equilibradas pode ser solidária. Porque só uma autarquia com as contas equilibradas pode garantir a atractividade do território e, consequentemente, captar investimentos, criar postos de trabalho e gerar riqueza – o grande desafio do Poder Local do século XXI.

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2015 estão fortemente condicionados pela **situação conjuntural**, designadamente a exigência de consolidação das contas públicas e, por outro lado, as condições económicas, com reflexos directos na redução das receitas arrecadadas. Por isso, o investimento proposto é selectivo, criterioso e estratégico: **na proximidade e na promoção.**

As **intervenções de proximidade** – muitas vezes invisíveis, mas que são a verdadeira natureza do Poder Local – antecipam respostas às necessidades imediatas e efectivas das populações: nos arranjos paisagísticos em zonas verdes e na requalificação dos espaços urbanos, tornando-os numa extensão das nossas casas; na construção de mini-ecocentros nas diversas freguesias; na recolha e no tratamento de resíduos sólidos e de efluentes; na beneficiação e substituição das redes de abastecimento de água; e, até mesmo, na requalificação das rodovias, entre tantos outros investimentos que garantem a qualidade de vida de quem aqui vive e trabalha.

Fazer proximidade é, igualmente, posicionar o **munícipe no centro das prioridades**: por isso, apoiaremos os mais vulneráveis com novos programas sociais; por isso, evidenciaremos o papel estruturante da educação, quer na qualificação da mão-de-obra e no consequente reforço da capacidade concorrencial do território, quer na prestação de diversificados serviços de apoio à família.

Em 2015, a política de proximidade assumirá, ainda, uma tripla perspectiva: à valorização do património natural e do capital humano, junta-se a **recuperação do edificado municipal**, entendida numa lógica de poupança de recursos escassos, mas também de defesa da memória colectiva.

Ao invés de promover novas construções, modernizam-se os espaços existentes e devolvem-se à comunidade, atribuindo-lhes **outras utilizações** a partir dos laços que nos unem. Assim se alia a recuperação patrimonial à oferta de novas e diversificadas valências.

Humanizando e dando vida ao nosso território, para o tornar mais organizado, mais aprazível e mais competitivo, estaremos em condições para o **projectar, com sucesso, para o exterior**.

Para tal, queremos criar um ambiente institucional que estimule o desenvolvimento económico, desde as incubadoras de negócios à aquacultura. Queremos potenciar as referências turísticas mais consolidadas, tanto o património cultural único que são os carrilhões e os seis órgãos, como as características naturais singulares da costa marítima que é Reserva Mundial de Surf. Queremos elevar as condições de estacionamento enquanto factor estratégico da acessibilidade para atrair visitantes e investimentos. Queremos, igualmente, consolidar o projecto agregador que é a implementação de uma marca para todo o Concelho de Mafra.

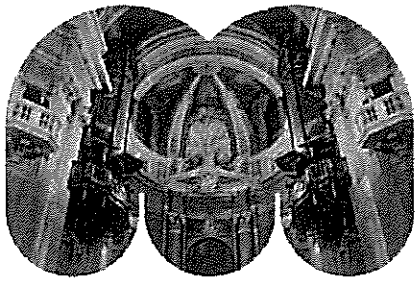
Para 2015, o "M" desta marca tem de significar **Mobilização**, dos eleitos locais aos trabalhadores municipais, passando pelas associações, instituições e empresas locais. E tem de significar **Mérito**, porque do sucesso deste trabalho colectivo depende o projecto maior que é o Concelho de Mafra.

Para 2015, o "E" desta marca tem de significar **Entusiasmo**, porque este é o motor da capacidade de fazer acontecer. E tem, sobretudo, de significar **Esperança**, porque ela encerra, em si mesma, o precioso poder de nos inspirar na busca da excelência!

Mafra, 31 de Outubro de 2014.

O Presidente da Câmara Municipal

(Hélder Sousa Silva)



Documentos Previsionais 2015

APRESENTAÇÃO DO ORÇAMENTO

Orçamento

Estrutura da Receita e da Despesa

Impostos do Estado – evolução previsional

GOP's – por objectivo

Empréstimos de médio e longo prazo – evolução prevista

anexo VII

Orçamento

Unidade: Euro

Rubrica	Designação	2015	%	Rubrica	Designação	2015	%
01	Impostos Directos	24 894 635	48,6%	01	Despesas com o Pessoal	14 580 230	28,5%
02	Impostos Indirectos	1 205 290	2,4%	02	Aquisição de Bens e Serviços	20 865 430	40,8%
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	3 284 285	6,4%	03	Juros e Outros Encargos	300 680	0,6%
05	Rendimentos de Propriedade	59 035	0,1%	04	Transferências Correntes	2 764 920	5,4%
06	Transferências Correntes	11 855 750	23,2%	05	Subsídios	10	0,0%
07	Venda Bens e Serviços Correntes	8 784 920	17,2%	06	Outras Despesas Correntes	1 761 180	3,4%
08	Outras Receitas Correntes	62 485	0,1%	07	Aquisição de Bens de Capital	9 424 585	18,4%
09	Venda de Bens de Investimento	252 825	0,5%	08	Transferências de Capital	102 340	0,2%
10	Transferências de Capital	796 170	1,5%	09	Activos Financeiros	293 905	0,5%
11	Activos Financeiros	5	0,0%	10	Passivos Financeiros	749 010	1,5%
12	Passivos Financeiros	10	0,0%	11	Outras Despesas de Capital	333 130	0,7%
13	Outras Receitas Capital	5	0,0%				
15	Reposições Não Abatidas Pag.	5	0,0%				
	Total de Receitas Correntes	50 146 400	98,0%		Total de Despesas Correntes	40 292 450	78,7%
	Total de Receitas de Capital	1 049 015	2,0%		Total de Despesas de Capital	10 902 870	21,3%
	Total de Outras Receitas	5	0,0%				
	Total	51 195 420	100,0%		Total	51 195 420	100,0%

Estrutura da Receita

Unidade: Euro

Rubrica	Designação	2015	%
01	Impostos Directos	24 894 635	48,6%
02	Impostos Indirectos	1 205 290	2,4%
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	3 284 285	6,4%
05	Rendimentos de Propriedade	59 035	0,1%
06	Transferências Correntes	11 855 750	23,2%
07	Venda Bens e Serviços Correntes	8 784 920	17,2%
08	Outras Receitas Correntes	62 485	0,1%
09	Venda de Bens de Investimento	252 825	0,5%
10	Transferências de Capital	796 170	1,5%
11	Activos Financeiros	5	0,0%
12	Passivos Financeiros	10	0,0%
13	Outras Receitas Capital	5	0,0%
15	Reposições Não Abatidas Pag.	5	0,0%
	Total de Receitas Correntes	50 146 400	98,0%
	Total de Receitas de Capital	1 049 015	2,0%
	Total de Outras Receitas	5	0,0%
	Total	51 195 420	100,0%

Estrutura da Despesa

Unidade: Euro

Rubrica	Designação	2015	%
01	Despesas com o Pessoal	14 580 230	28,5%
02	Aquisição de Bens e Serviços	20 885 430	40,8%
03	Juros e Outros Encargos	380 680	0,6%
04	Transferências Correntes	2 764 920	5,4%
05	Subsídios	10	0,0%
06	Outras Despesas Correntes	1 761 180	3,4%
07	Aquisição de Bens de Capital	9 424 585	18,4%
08	Transferências de Capital	102 340	0,2%
09	Activos Financeiros	293 905	0,5%
10	Passivos Financeiros	749 010	1,5%
11	Outras Despesas de Capital	333 130	0,7%
	Total das Despesas Correntes	40 292 480	78,7%
	Total das Despesas de Capital	10 902 970	21,3%
	Total	51 195 450	100,0%

Impostos do Estado - evolução previsional

Unidade: Euro

Designação	2013	2014	Variação 2013/2014		2015	Variação 2014/2015	
			Abs.	%		Abs.	%
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro	2 347 825	2 425 175	77 350	3,3	2 425 175	0	0,0
FSM - Fundo Social Municipal	788 305	788 305	0	0,0	788 305	0	0,0
Participação Fixa no IRS	3 754 840	3 485 530	-269 310	-7,2	3 485 530	0	0,0
Total	6 890 970	6 699 010	-191 960	-2,8	6 699 010	0	0,0

Grandes Opções do Plano por Objectivo

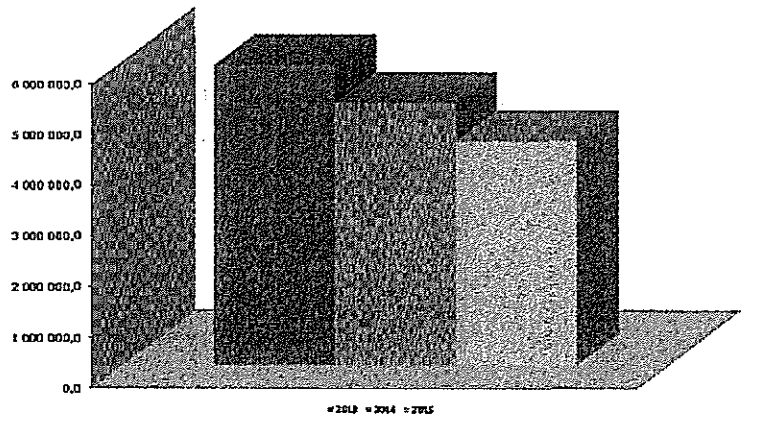
Unidade: Euro

Objectivo	Descrição	Valor	%
1.	Funções gerais	1 988 355	6,0%
1.1.	Serviços gerais de administração pública	1 538 505	5,3%
1.2.	Segurança e ordem públicas	449 850	1,6%
2.	Funções sociais	16 445 350	57,2%
2.1.	Educação	6 404 400	22,3%
2.2.	Saúde	5 000	0,0%
2.3.	Segurança e acção sociais	172 325	0,6%
2.4.	Habitação e serviços colectivos	9 153 125	31,8%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	710 500	2,5%
3.	Funções económicas	6 963 690	24,2%
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	84 160	0,3%
3.2	Indústria e Energia	1 802 580	6,3%
3.3.	Transportes e comunicações	3 414 260	11,9%
3.4.	Comércio e turismo	1 137 500	4,0%
3.5.	Outras funções económicas	525 190	1,8%
4.	Outras funções	3 361 335	11,6%
4.1.	Operações da dívida autárquica	1 825 595	6,3%
4.2.	Transferências entre administrações	1 535 740	5,3%
	Total	28 758 730	100,0%

Empréstimos de médio e longo prazo - evolução

Unidade: Euro

Empréstimos M/L Prazo	2013	2014	Variação 2013/2014 Abs.	%	2015 (Previsional)	Variação 2014/2015 Abs.	%
Total	5 915 026	5 168 779	-746 246	-12,6%	4 420 374	-748 406	-14,5%



Muito Boa Noite a todos,

A CDU analisou cuidadosamente a proposta de documentos previsionais que nos foi apresentada pela Câmara Municipal.

Sem nos determos numa análise do "sobe e desce", própria de quem não analisa nada, perguntá-mo-nos

"ESTE ORÇAMENTO É MELHOR DO QUE OS ORÇAMENTOS ANTERIORES, EM PARTICULAR, O ÚLTIMO ORÇAMENTO DO MANDATO ANTERIOR?"

E foi com base nesta premissa que olhámos para os documentos e logo nas primeiras páginas ficámos em choque. É que duas rubricas que representam 70% da receita corrente aumentam cerca de 40% de 2013 para 2015 e essas rubricas são os Impostos Directos e as Vendas de Bens e Serviços, ou seja as receitas que a Câmara retira directamente dos munícipes, em contra partida, a rubrica da receita das Transferências Correntes, que maioritariamente tem origem no Orçamento do Estado, tem uma redução de mais de 4% sendo sabido o aumento brutal dos impostos que estão na base dos respectivos cálculos.

Do lado da despesa não há alteração significativa constatando uma redução de 1,5% com uma estrutura em tudo idêntica à anterior.

Ficámos sem coragem para registar outras observações relativas aos restantes documentos analisados ressalvando apenas, por ser uma questão polémica, a ausência de responsabilidade, directa ou indirecta (Giatul), do Município na situação da empresa Mafreduca, outra que o compromisso do pagamento das rendas contratadas embora estas sejam de duvidosa equidade económica e geracional.

É este orçamento que a Câmara Municipal nos pede que aprovemos, ou seja um orçamento que representa um encargo brutal para os munícipes, 40%, sem alteração significativa de contrapartidas para os mesmos.

Infelizmente a resposta à premissa base de análise é negativa:

ESTE OÇAMENTO É MUITO PIOR QUE O ORÇAMENTO DE 2013 E PIOR QUE O ORÇAMENTO DE 2014!

A aprovação deste orçamento obriga-nos a justificar aos nossos eleitores, aos nossos fregueses, estas opções.

A CDU não fez uma comparação com um orçamento imaginário baseado nas suas opções políticas, mas uma comparação com um orçamento aprovado por uma gestão autárquica da mesma cor politica que a actual, gestão essa que sempre mereceu as nossas duras críticas.

Assembleia Municipal de Mafra – 20/11/2014

anexo VIII

Muito Boa Noite a todos.

A CDU [illegible] a proposta de [illegible] Municipal.

Sem [illegible] nossa análise de [illegible] próprio [illegible]

"ESTE ORÇAMENTO É MELHOR DO QUE OS ORÇAMENTOS ANTERIORES" EM PARTICULAR, O ÚLTIMO ORÇAMENTO DO MANDATO ANTERIOR"

[illegible] que [illegible] para os documentos e logo nas primeiras páginas ficamos em choque. É que duas rubricas que representam 20% da receita corrente aumentam cerca de 40% de 2013 para 2014 e essas rubricas são os impostos Directos e as Vendas de Bens e Serviços, ou seja as receitas que a Câmara retira directamente dos municípios, em contra partida, a rubrica da receita das transferências Correntes que maioritariamente tem origem no Orçamento do Estado, tem uma redução de mais de 4% sendo [illegible] o aumento brutal dos impostos que estão na base dos respectivos cálculos.

[illegible] em tudo idêntica à anterior.

[illegible] Gratuito, do Município no situação da empresa Matrimonial, [illegible] o compromisso de [illegible] e gerencial.

É este orçamento que a Câmara Municipal nos pede que aprovemos, ou seja um orçamento que representa um encargo brutal para os municípios, 20% sem alteração significativa de contrapartidas para os mesmos.

Linearmente a resposta a premissa base de análise é negativa:

ESTE ORÇAMENTO É MUITO PIOR QUE O ORÇAMENTO DE 2013 E PIOR QUE O ORÇAMENTO DE 2014

A aprovação deste orçamento obrigamos a justificar aos nossos eleitores, aos nossos freguezes, estas opções.

A CDU não faz uma comparação com um orçamento imaginário baseado nas suas opções políticas, mas uma comparação com um orçamento aprovado por uma gestão autárquica da mesma cor política que a actual, gestão essa que sempre mereceu as nossas duras críticas.

A CDU exorta a Assembleia à não aprovação do presente orçamento e à aprovação das recomendações que acharmos pertinentes para a reformulação, pela Câmara, de orçamento que mereça a nossa aprovação.

Pela nossa parte estamos dispostos a votar favoravelmente um orçamento que obedeça aos seguintes princípios:

1 - Orçamento indiciador de gestão eficaz dos serviços;

2 - Orçamento indiciador de custos justos das taxas, bens e serviços que permitam situar Mafra entre os municípios, com idênticas características mais bem geridos;

3 - Orçamento que, atendendo às consequências, da politica de austeridade do governo central minimize essas consequências limitando os investimentos ao estritamente necessário para assegurar a qualidade de vida dos seus munícipes tendo consciência do empobrecimento a que estes estão a ser sujeitos;

4 - Orçamento que ao ser elaborado com base nos princípios anteriores permita baixa significativa dos impostos cobrados e dos preços dos serviços prestados.

Neste sentido e:

Para cumprimento do ponto 1

Sugerimos que sejam pedidos aos serviços quais as acções de melhoria que permitam diminuir os respectivos custos, sem perda da qualidade essencial à atractividade do Concelho.

Para cumprimento do ponto 2

- sugerimos que sejam repostas as receitas com a Venda de Bens e Serviços ao nível do Orçamento de 2013, ou seja uma redução dos respectivos preços de cerca de 40%;

- sugerimos que se proceda aos estudos necessários para, em 2016, reverter para o município a gestão da distribuição de água por forma a tornar o seu custo para os munícipes em linha com o custo de municípios equiparáveis;

Para cumprimento do ponto 4

Sugerimos repor a liquidação de impostos directos ao nível de 2013 passando a taxa do IMI para a taxa mínima.

O cumprimento do ponto 3 deverá estar em linha com o cumprimento dos pontos 1, 2, e 4.

Esta proposta não é uma proposta fechada estando a CDU disposta, a que a mesma, seja aberta ao enriquecimento por propostas de outros membros da Assembleia, ou tão somente, à sua integração noutra proposta que possa merecer aprovação mais consensual.

Se este orçamento for aprovado a responsabilidade pelo mesmo deixa de ser da Câmara e passa a ser desta Assembleia, em particular de quem a votar favoravelmente.

Assembleia Municipal de Mafra – 20/11/2014

Ata nº 1 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mafra, realizada no dia 30 de Outubro de 2014, no Auditório Municipal Dr. António Silveira Ribeiro

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e catorze, pelas vinte horas, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, no Auditório Municipal Dr. António Silveira Ribeiro, para a sessão ordinária marcada para o efeito, com a seguinte ordem de trabalhos: 1 – Eleição da Mesa da Assembleia Municipal para o mandato 2014/2017; 2 – Eleição da Comissão Permanente da Assembleia Municipal para o mandato 2014/2017; 3 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Oeste para o mandato 2014/2017; 4 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região Oeste para o mandato 2014/2017; 5 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Lisboa para o mandato 2014/2017; 6 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Vale do Tejo para o mandato 2014/2017; 7 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo para o mandato 2014/2017; 8 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal para o mandato 2014/2017; 9 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Leiria para o mandato 2014/2017; 10 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Coimbra para o mandato 2014/2017; 11 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Aveiro para o mandato 2014/2017; 12 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Viseu Dão Lafões para o mandato 2014/2017; 13 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Castelo Branco para o mandato 2014/2017; 14 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Guarda para o mandato 2014/2017; 15 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Portalegre para o mandato 2014/2017; 16 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Évora para o mandato 2014/2017; 17 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Beja para o mandato 2014/2017; 18 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Faro para o mandato 2014/2017; 19 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal para o mandato 2014/2017; 20 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Leiria para o mandato 2014/2017; 21 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Coimbra para o mandato 2014/2017; 22 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Aveiro para o mandato 2014/2017; 23 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Viseu Dão Lafões para o mandato 2014/2017; 24 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Castelo Branco para o mandato 2014/2017; 25 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Guarda para o mandato 2014/2017; 26 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Portalegre para o mandato 2014/2017; 27 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Évora para o mandato 2014/2017; 28 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Beja para o mandato 2014/2017; 29 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Faro para o mandato 2014/2017; 30 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal para o mandato 2014/2017; 31 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Leiria para o mandato 2014/2017; 32 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Coimbra para o mandato 2014/2017; 33 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Aveiro para o mandato 2014/2017; 34 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Viseu Dão Lafões para o mandato 2014/2017; 35 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Castelo Branco para o mandato 2014/2017; 36 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Guarda para o mandato 2014/2017; 37 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Portalegre para o mandato 2014/2017; 38 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Évora para o mandato 2014/2017; 39 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Beja para o mandato 2014/2017; 40 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Faro para o mandato 2014/2017; 41 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal para o mandato 2014/2017; 42 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Leiria para o mandato 2014/2017; 43 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Coimbra para o mandato 2014/2017; 44 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Aveiro para o mandato 2014/2017; 45 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Viseu Dão Lafões para o mandato 2014/2017; 46 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Castelo Branco para o mandato 2014/2017; 47 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Guarda para o mandato 2014/2017; 48 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Portalegre para o mandato 2014/2017; 49 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Évora para o mandato 2014/2017; 50 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Beja para o mandato 2014/2017; 51 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Faro para o mandato 2014/2017; 52 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal para o mandato 2014/2017; 53 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Leiria para o mandato 2014/2017; 54 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Coimbra para o mandato 2014/2017; 55 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Aveiro para o mandato 2014/2017; 56 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Viseu Dão Lafões para o mandato 2014/2017; 57 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Castelo Branco para o mandato 2014/2017; 58 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Guarda para o mandato 2014/2017; 59 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Portalegre para o mandato 2014/2017; 60 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Évora para o mandato 2014/2017; 61 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Beja para o mandato 2014/2017; 62 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Faro para o mandato 2014/2017; 63 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal para o mandato 2014/2017; 64 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Leiria para o mandato 2014/2017; 65 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Coimbra para o mandato 2014/2017; 66 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Aveiro para o mandato 2014/2017; 67 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Viseu Dão Lafões para o mandato 2014/2017; 68 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Castelo Branco para o mandato 2014/2017; 69 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Guarda para o mandato 2014/2017; 70 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Portalegre para o mandato 2014/2017; 71 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Évora para o mandato 2014/2017; 72 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Beja para o mandato 2014/2017; 73 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Faro para o mandato 2014/2017; 74 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal para o mandato 2014/2017; 75 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Leiria para o mandato 2014/2017; 76 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Coimbra para o mandato 2014/2017; 77 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Aveiro para o mandato 2014/2017; 78 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Viseu Dão Lafões para o mandato 2014/2017; 79 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Castelo Branco para o mandato 2014/2017; 80 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Guarda para o mandato 2014/2017; 81 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Portalegre para o mandato 2014/2017; 82 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Évora para o mandato 2014/2017; 83 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Beja para o mandato 2014/2017; 84 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Faro para o mandato 2014/2017; 85 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal para o mandato 2014/2017; 86 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Leiria para o mandato 2014/2017; 87 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Coimbra para o mandato 2014/2017; 88 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Aveiro para o mandato 2014/2017; 89 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Viseu Dão Lafões para o mandato 2014/2017; 90 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Castelo Branco para o mandato 2014/2017; 91 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Guarda para o mandato 2014/2017; 92 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Portalegre para o mandato 2014/2017; 93 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Évora para o mandato 2014/2017; 94 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Beja para o mandato 2014/2017; 95 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Faro para o mandato 2014/2017; 96 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal para o mandato 2014/2017; 97 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Leiria para o mandato 2014/2017; 98 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Coimbra para o mandato 2014/2017; 99 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Aveiro para o mandato 2014/2017; 100 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Viseu Dão Lafões para o mandato 2014/2017; 101 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Castelo Branco para o mandato 2014/2017; 102 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Guarda para o mandato 2014/2017; 103 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Portalegre para o mandato 2014/2017; 104 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Évora para o mandato 2014/2017; 105 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Beja para o mandato 2014/2017; 106 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Faro para o mandato 2014/2017; 107 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal para o mandato 2014/2017; 108 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Leiria para o mandato 2014/2017; 109 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Coimbra para o mandato 2014/2017; 110 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Aveiro para o mandato 2014/2017; 111 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Viseu Dão Lafões para o mandato 2014/2017; 112 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Castelo Branco para o mandato 2014/2017; 113 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Guarda para o mandato 2014/2017; 114 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Portalegre para o mandato 2014/2017; 115 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Évora para o mandato 2014/2017; 116 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Beja para o mandato 2014/2017; 117 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Faro para o mandato 2014/2017; 118 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal para o mandato 2014/2017; 119 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Leiria para o mandato 2014/2017; 120 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Coimbra para o mandato 2014/2017; 121 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Aveiro para o mandato 2014/2017; 122 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Viseu Dão Lafões para o mandato 2014/2017; 123 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Castelo Branco para o mandato 2014/2017; 124 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Guarda para o mandato 2014/2017; 125 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Portalegre para o mandato 2014/2017; 126 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Évora para o mandato 2014/2017; 127 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Beja para o mandato 2014/2017; 128 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Faro para o mandato 2014/2017; 129 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal para o mandato 2014/2017; 130 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Leiria para o mandato 2014/2017; 131 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Coimbra para o mandato 2014/2017; 132 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Aveiro para o mandato 2014/2017; 133 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Viseu Dão Lafões para o mandato 2014/2017; 134 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Castelo Branco para o mandato 2014/2017; 135 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Guarda para o mandato 2014/2017; 136 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Portalegre para o mandato 2014/2017; 137 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Évora para o mandato 2014/2017; 138 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Beja para o mandato 2014/2017; 139 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Faro para o mandato 2014/2017; 140 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal para o mandato 2014/2017; 141 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Leiria para o mandato 2014/2017; 142 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Coimbra para o mandato 2014/2017; 143 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Aveiro para o mandato 2014/2017; 144 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Viseu Dão Lafões para o mandato 2014/2017; 145 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Castelo Branco para o mandato 2014/2017; 146 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Guarda para o mandato 2014/2017; 147 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Portalegre para o mandato 2014/2017; 148 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Évora para o mandato 2014/2017; 149 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Beja para o mandato 2014/2017; 150 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Faro para o mandato 2014/2017; 151 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal para o mandato 2014/2017; 152 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Leiria para o mandato 2014/2017; 153 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Coimbra para o mandato 2014/2017; 154 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Aveiro para o mandato 2014/2017; 155 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Viseu Dão Lafões para o mandato 2014/2017; 156 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Castelo Branco para o mandato 2014/2017; 157 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Guarda para o mandato 2014/2017; 158 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Portalegre para o mandato 2014/2017; 159 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Évora para o mandato 2014/2017; 160 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Beja para o mandato 2014/2017; 161 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Faro para o mandato 2014/2017; 162 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal para o mandato 2014/2017; 163 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Leiria para o mandato 2014/2017; 164 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Coimbra para o mandato 2014/2017; 165 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Aveiro para o mandato 2014/2017; 166 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Viseu Dão Lafões para o mandato 2014/2017; 167 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Castelo Branco para o mandato 2014/2017; 168 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Guarda para o mandato 2014/2017; 169 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Portalegre para o mandato 2014/2017; 170 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Évora para o mandato 2014/2017; 171 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Beja para o mandato 2014/2017; 172 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Faro para o mandato 2014/2017; 173 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal para o mandato 2014/2017; 174 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Leiria para o mandato 2014/2017; 175 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Coimbra para o mandato 2014/2017; 176 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Aveiro para o mandato 2014/2017; 177 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Viseu Dão Lafões para o mandato 2014/2017; 178 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Castelo Branco para o mandato 2014/2017; 179 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Guarda para o mandato 2014/2017; 180 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Portalegre para o mandato 2014/2017; 181 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Évora para o mandato 2014/2017; 182 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Beja para o mandato 2014/2017; 183 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Faro para o mandato 2014/2017; 184 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal para o mandato 2014/2017; 185 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Leiria para o mandato 2014/2017; 186 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Coimbra para o mandato 2014/2017; 187 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Aveiro para o mandato 2014/2017; 188 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Viseu Dão Lafões para o mandato 2014/2017; 189 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Castelo Branco para o mandato 2014/2017; 190 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Guarda para o mandato 2014/2017; 191 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Portalegre para o mandato 2014/2017; 192 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Évora para o mandato 2014/2017; 193 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Beja para o mandato 2014/2017; 194 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Faro para o mandato 2014/2017; 195 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal para o mandato 2014/2017; 196 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Leiria para o mandato 2014/2017; 197 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Coimbra para o mandato 2014/2017; 198 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Aveiro para o mandato 2014/2017; 199 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Viseu Dão Lafões para o mandato 2014/2017; 200 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Castelo Branco para o mandato 2014/2017; 201 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Guarda para o mandato 2014/2017; 202 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Portalegre para o mandato 2014/2017; 203 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Évora para o mandato 2014/2017; 204 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Beja para o mandato 2014/2017; 205 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Faro para o mandato 2014/2017; 206 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal para o mandato 2014/2017; 207 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Leiria para o mandato 2014/2017; 208 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Coimbra para o mandato 2014/2017; 209 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Aveiro para o mandato 2014/2017; 210 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Viseu Dão Lafões para o mandato 2014/2017; 211 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Castelo Branco para o mandato 2014/2017; 212 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Guarda para o mandato 2014/2017; 213 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Portalegre para o mandato 2014/2017; 214 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Évora para o mandato 2014/2017; 215 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Beja para o mandato 2014/2017; 216 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Faro para o mandato 2014/2017; 217 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal para o mandato 2014/2017; 218 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Leiria para o mandato 2014/2017; 219 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Coimbra para o mandato 2014/2017; 220 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Aveiro para o mandato 2014/2017; 221 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Viseu Dão Lafões para o mandato 2014/2017; 222 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Castelo Branco para o mandato 2014/2017; 223 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Guarda para o mandato 2014/2017; 224 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Portalegre para o mandato 2014/2017; 225 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Évora para o mandato 2014/2017; 226 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Beja para o mandato 2014/2017; 227 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Faro para o mandato 2014/2017; 228 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal para o mandato 2014/2017; 229 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Leiria para o mandato 2014/2017; 230 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Coimbra para o mandato 2014/2017; 231 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Aveiro para o mandato 2014/2017; 232 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Viseu Dão Lafões para o mandato 2014/2017; 233 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Castelo Branco para o mandato 2014/2017; 234 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Guarda para o mandato 2014/2017; 235 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Portalegre para o mandato 2014/2017; 236 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Évora para o mandato 2014/2017; 237 – Eleição

Declaração de Voto do Partido Socialista

perante o Orçamento Municipal de Mafra, para 2015

Os eleitos do Partido Socialista no Município de Mafra, no momento da votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, afirmaram que aqueles documentos estavam em linha com o modelo de desenvolvimento assumido pelo PSD em Mafra desde há mais de 30 anos. Um modelo assente na ausência de uma verdadeira estratégia de efectivo e eficaz desenvolvimento, que continuava a acentuar as assimetrias do Concelho, baseado nas evidentes desigualdades da distribuição dos investimentos e nos claros contrastes no quotidiano das oportunidades.

O documento agora apresentado reflecte, uma vez mais, uma ausência de desenvolvimento, cumprindo apenas naquilo a que os munícipes não podem deixar de pagar; uma elevada despesa corrente com os seus recursos internos, que quase consomem as receitas correntes, sem que disso resultem mais-valias evidentes para a população do concelho. Em resumo, limita-se, e pouco mais, ao cumprimento dos "serviços mínimos" que uma câmara tem de prestar aos seus munícipes, na continuidade da inexistência de verdadeiras medidas estruturantes que levem ao relançamento da economia local e da implementação da tão proclamada dinâmica e competitividade do Concelho, bem como na melhoria em geral, dentro das suas competências e obrigações, das condições de vida da população. É, é tal, mais um ano de mais do mesmo.

Vemos também com elevada preocupação o farto crescimento das receitas dos impostos directos como é o caso da IMI que comparando os anos de 2012 ao projectado para 2015 **cresce 50,49%** sempre a encargos directos de quem escolheu Mafra para viver e não é responsável pelos desvairos financeiros acumulados ao longo das 3 décadas de governação do PSD. Este nº é tão brutal e desagregador das finanças das famílias quando mais já engloba o crescimento bruto do IMI em 2014 depois da medida eleitoral de 2012 do PSD em ter descido a taxa de IMI para o ano de 2013. Apesar de ter sido aplicada em 0,3% a sua receita representou um **crescimento de 9,22%** para os cofres da Câmara. Para quê então ter aplicado e manter a taxa máxima?

Isto só vem provar o que o PS disse e continua a dizer que a taxa do IMI não deveria ter sido aumentada porquanto mantida a 0,3% era sustentável em termos de crescimento de receitas dadas as reavaliações e as alterações do coeficiente de localização, na fórmula de cálculo, que teve o consentimento desta Câmara perante a Autoridade Tributária. Para o PSD que nesta Assembleia Municipal em 27 de Setembro de 2012 disse ter medo de que as medidas de redução fiscal propostas pelo PS, a favor das pessoas de Mafra, fossem um mero exercício de matemática sem as devidas cautelas. Aqui estão os nºs do aumento de receita do município, por via da cobrança fiscal, que vem provar que tínhamos e temos razão.

Dito ainda de outra forma, enquanto a receita com impostos cresce acima do previsto (seja no IMI seja no IRS) os rendimentos sobre o trabalho são agravados enquanto os do capital são aliviados. E

anexo IX

damos como exemplo a não tributação de IMI sobre os Fundos Imobiliários da Banca que o Governo Central do PSD teima em manter isentos.

O desequilíbrio financeiro é por demais evidente, e mesmo assim o executivo persiste em não apresentar medidas que permitam inverter a situação. A política de infinitas promessas para ganhar eleições, sem qualquer rigor da causa pública começa agora a revelar-se, no entanto não se verifica uma preocupação de criação de condições de sustentabilidade num Concelho que está refém, ou viveu à larga e sem rigor, fruto da expansão do urbanismo desenfreado das últimas duas décadas. E por falar no sector da construção transmitimos um outro exemplo de a completa ausência de referências neste OM sobre a Reabilitação Urbana. Omissão esta que contraria frontalmente o vector incontornável para o desenvolvimento sustentado que é um desígnio do OE e do programa europeu 20-20. Porquê Sr. Presidente?

É nesta época de grande crise económica, social e até política, que o país atravessa, que a Autarquia se obriga agora e definitivamente a encontrar soluções para a gestão destes gastos faustosos. E claro a solução terá que deixar de ser a fácil receita do aumento geral de taxas e impostos, sacrificando mais uma vez a população do Concelho já de si asfixiada pela atual política do Governo Central de PSD e CDS, com os continuados aumentos de impostos e taxas, sempre à custa dos contribuintes e sem que se veja uma luz ao fundo do túnel, isto é, que haja uma redução da divida pública, de um combate eficaz às gorduras do estado e à reposição da legalidade no que ao justo salário dos trabalhadores diz respeito.

Citando um alto dirigente nacional do PSD: ***"corta-se nos salários, corta-se nas pensões, reduz-se o poder de compra, vai-se reduzindo a sobrevivência das empresas, vai-se causando desemprego, vai-se cada vez mais aumentando a necessidade da despesa pública. Toda esta política que está a ser praticada acaba, paradoxalmente, por vir agravar o défice porque quando há menos investimento, quando tem de haver mais subsídios de desemprego, quando tem de haver mais apoios sociais, está-se a agravar o défice do país".*** Acabamos de citar Alberto João Jardim a propósito da actual situação económica do País e na responsabilidade que as Câmaras Municipais também têm, na sua recuperação.

Perante os dados apresentados nesta Prestação de Contas nenhum munícipe pode dizer que não tem dívidas, pois em último caso as dívidas do Município são as dívidas dos seus Munícipes.

Perante os **10% do seu OM** que a Câmara de Lisboa, só a titulo de exemplo, transfere para as Juntas e Uniões de Freguesias aqui, em Mafra, a gestão do PSD apenas transfere para as 11 juntas ou uniões de Freguesias uma misera percentagem de **2,91% do OM**. Para quem tanto dá à sua terra e, principalmente, a redistribuição perante as pessoas que contribuem com avultados impostos para as receitas municipais a Câmara tem a obrigação de ter uma maior distribuição de forma a garantir a coesão social. Mas não! Adaptando um conhecido provérbio "***Se deres um peixe a um homem faminto, vais alimentá-lo por um dia. Se o ensinares a pescar, vais alimentá-lo toda a vida***" nós diremos que, perante o pobre grita que tem fome, esta gestão camarária do PSD, para

além de não lhe dar a cana .... também não o ensina a pescar! Prefere-o ter sempre à míngua da cedência do que lhe proporcionar condições de caminhar na vida, com a cabeça erguida.

Esperamos Sr. Presidente que o Executivo que lidera tenha o bom censo de não fazer "**past-copy**" de todos os erros que este Governo central pratica nomeadamente, não importando a estratégia de ***outsourcing*** no combate à pobreza através da Rede Local e do incremento das famigeradas "cantinas sociais". É o mínimo Sr. Presidente pois, servir as pessoas, não é praticar a tirania do auxílio que as menoriza e destrói. É capacitá-las, é fazê-las acreditar.

A opção do PS é clara. O Partido Socialista se fosse o responsável pela elaboração do Orçamento Municipal faria diferente seguindo outro caminho. **Um caminho com maiores e mais transferências para as Juntas e Uniões de Freguesias, um caminho que apostasse numa carga fiscal mínima aos residentes, num desenvolvimento económico sustentado e sustentável, em parceria com a comunidade e os órgãos eleitos nas Freguesias, sem descriminações partidárias, em suma um OM que criasse captação de empresas e apostasse claramente na criação de emprego.**

Esperamos Sr. Presidente que o próximo ano de 2015 não nos traga mais um Orçamento Municipal cheio de remendos e que venha a ultrapassar as 11 alterações orçamentais que este ano o orçamento de 2014 já teve até porque, V. Exa., já não iria ter o actual Governo a fazer-lhe concorrência com as suas, também, 11remodelações governamentais

Pelo exposto e perante os dados e a falta deles para uma melhor compreensão dos mesmos, aos Eleitos ~~Vereadores~~ do Partido Socialista mais não resta que votar **Contra** o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2015.

Mafra, 20 de Novembro de 2014

A Bancada do Partido Socialista